



Adepol promove debate na ABI

SINPOL ENTREGA REIVINDICAÇÕES AOS CANDIDATOS A GOVERNADOR

O ciclo de debates na ABI, promovido pela Associação dos Delegados de Polícia - Adepol, presidida pelo delegado Wladimir Reale, foi realizado nos dias 7 e 8 de agosto, contando com a presença de quatro candidatos a governador - Sérgio Cabral (PMDB), Carlos Lupi (PDT), Eduardo Paes (PSDB) e Vladimir Palmeira (PT). O encontro teve por objetivo esclarecer aos eleitores policiais a plataforma política para a área da segurança pública. A convite da Adepol o Sinpol compareceu aos debates, participando ativamente. Bandeira, presidente do Sindicato, entregou para cada candidato, um termo de compromisso contendo 18 itens que atendem plenamente as categorias que integram a instituição.

No primeiro dia, dois desfalques: Marcelo Crivela e Denise Frossard perderam ótima oportunidade de exporem seu programa. Crivela, por sua assessoria, alegou que não poderia comparecer porque estava cumprindo agenda de cam-
panha no interior do Estado. Já Denise Frossard, foi induzida por sua assessoria a não participar porque segundo um dos seus assessores "o circo estava armado para o candidato da situação, Sérgio Cabral". A assessoria de Crivela e Denise receberam a pauta depois. Na realidade, os delegados que apoiam Sérgio Cabral ali estavam porque detêm cargos de confiança e não querem perder a "boquinha", expressão usada pelo próprio presidente regional do PMDB, Anthony Garotinho.

Lotada de delegados, inspetores, oficiais de cartório, investigadores, peritos e excedentes do último concurso para a Polícia Civil, a platéia participou ativamente dos dois dias de debates, fazendo perguntas pertinentes às reivindicações dos policiais civis, aos candidatos. Além do Sinpol, todas as outras entidades das polícias civil e militar prestigiaram o evento.

Veja a pauta apresentada na Página 2

Veja a pauta apresentada na Página 2

Cabral concorda com Geat, mas quer analisar impacto

A inspetora Cheila Masioli, diretora do Sinpol, perguntou ao senador, se eleito governador, atenderia o pagamento da Geat, gratificação que foi incorporada aos vencimentos de delegados e policiais militares em 2001. Sérgio Cabral respondeu que precisa ter em mãos uma avaliação do impacto dessa gratificação na folha de pagamentos. Entende que se os delegados e os PMs já estão recebendo, achava justo que os demais policiais também recebam a gratificação - sendo bastante aplaudido pelo público presente. O senador estava acompanhado pelo candidato a vice-governador, Luiz Fernando Pezão, ex-prefeito de Pirai.



Cabral, candidato do PMDB, se comprometeu atender as reivindicações apresentadas por Bandeira (E)

Carlos Lupi promete aumentar efetivo

No dia 8/08 foi a vez dos candidatos Eduardo Paes (PSDB), Carlos Lupi (PDT) e Vladimir Palmeira (PT) se encontrarem com os policiais civis na ABI e explicarem suas propostas para a segurança pública.

O primeiro a falar foi Carlos Lupi (PDT) que prometeu, se eleito, mudar radicalmente a visão da segurança pública adotada no Estado nos últimos oito anos. Para ele não é mais possível conviver com a política de confronto que resulta em mortes de policiais civis e militares no exercício da profissão ou em outras situações, bem como dos demais cidadãos. Lupi ressaltou que o termo de compromisso



Carlos Lupi (PDT), passa recibo na pauta reivindicatória, observado por Bandeira e Carlos Corrêa, candidato a vice-governador (E)

entregue pelo Sinpol é justo e empenhou sua palavra que atenderá as reivindicações apresentadas. O candidato do PDT se comprometeu a aumentar o efetivo da Polícia Civil para 23 mil agentes, respeitando a Lei 699/83, valorizar o policial com salários justos capacitá-lo e retirar a influência política nas delegacias.

O segundo candidato, Eduardo Paes (PSDB), também criticou a política de segurança pública instituída no Rio, acrescentando que a principal razão para chegar ao estado caótico em que se encontra é a impunidade, fruto da ineficácia do Estado. É necessário mudar as leis, modificar o código penal, desconcentrar a renda e fortalecer a educação pública. Quanto à segurança pública os políticos têm que "manter suas garras longe dela" - não mais



Eduardo Paes, candidato pelo PSDB, também se comprometeu em atender as reivindicações dos policiais civis, assinando o documento.

nomear delegados titulares e comandantes de batalhão da PM. As nomeações de policiais para os cargos obedecerão a critérios técnicos.

O último foi o candidato do PT, Vladimir Palmeira. No seu governo, cinco pontos são prioritários. Educação, Saúde, Defesa do Meio Ambiente e dos Direitos da Cidadania, Segurança Pública e Combate à Corrupção. Ressaltou ainda que fará a ocupação social das favelas, através das escolas, postos de saúde, obras culturais, entre outras medidas. Em relação à pergunta se aumentaria o efetivo da Polícia Civil em cumprimento da Lei 699/83, disse que se necessário o faria, mas prefere reduzi-lo, pois considera que não é com um grande efetivo que o problema da violência será resolvido.



O candidato do PT, Vladimir Palmeira, também passa recibo na pauta apresentada pela diretoria do Sinpol

**Eleições 2006 -
O que
esperar?**

Editorial - Página 2

**Propostas
dos candidatos
policiais**

Página 3

**Lista completa de
todos os candidatos
da PCERJ**

Página 3

**Cobrapol e Sinpol
derrubam MPs nocivas
aos Sindicatos**

Página 4

**Sinpol pede
investigação rigorosa no
assassinato de Ludmila**

Página 4

Editorial

ELEIÇÕES 2006 - O QUE ESPERAR?

Estamos a poucos dias das eleições gerais de 2006, e nunca tivemos um quadro tão pouco promissor. Apesar do presidente Lula, caminhando para a reeleição de acordo com as pesquisas, propagar que o país está "arranjadinho", com todos os indicadores econômicos e sociais bem avaliados, vemos que a situação não é bem esta.

Com relação à economia, mais uma vez os ministros responsáveis pelo setor se preocuparam com os pagamentos das dívidas interna e externa, pouco investindo nas áreas realmente necessitadas, como saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Não aproveitaram as condições externas favoráveis, com o alto preço das matérias primas produzidas pelo Brasil, para colocar o país em rota de crescimento sustentável, que proporcionaria os empregos com carteira assinada. No lugar de fortalecer o parque industrial, promoveu-se o capitalismo financeiro, fundado na usura ou em operações de pura especulação criando-se 8 milhões de desempregados. O país cresceu apenas 2,3% em 2005, situando-se nas últimas posições no ranking dos países emergentes.

A consequência disto tudo é que não havendo crescimento econômico e emprego, o quadro social se agrava. Não é à toa que em todas as grandes cidades o que verdadeiramente cresce é a violência. Em toda história republicana, jamais se registrou quadro tão grave na área da segurança pública. Ocorrem tantas mortes, seja dos profissionais da área, como dos civis, que muitos comentaristas políticos igualam o Brasil aos países em guerra - "Bagdá é aqui" dizem muitos. O pior é vermos os governos em todas as instâncias, prisioneiros do crime organizado, acusando-se mutuamente quanto à responsabilidade pela situação.

Na verdade o governo federal tem grande parcela da culpa, pois não cumpriu suas promessas de campanha com relação à transferência para os estados das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública - liberadas apenas 4,8% do total, até agosto. Da mesma forma executou só 1,45% das verbas do fundo penitenciário previstas no orçamento deste ano. Todos os estados se ressentem com a não transferência dos preciosos recursos que lhes cabem, economizados para compor o enorme superávit primário para o pagamento das dívidas. Da mesma forma cabe ao governo federal vigiar as fronteiras do país através da Polícia Federal e das Forças Armadas, para combater o contrabando de armas, o que não fez a contento.

Os policiais civis são as grandes vítimas desse quadro caótico, uma vez que arriscam suas vidas para proteger a população em troca de poucos salários. É lamentável o desrespeito com que o governo do Estado trata a categoria, que tem encaminhado suas reivindicações ao longo dos 8 anos de domínio do casal Garotinho, sem ser atendida. Nesse sentido, o processo eleitoral em curso pode abrir boas perspectivas, contanto que represente renovação dos quadros dirigentes. Vamos apostar nisso.

Fernando Bandeira

A pauta entregue aos candidatos a governador, contendo os 18 itens, é a seguinte:

1. RESTABELECER O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS (ESCALONAMENTO VERTICAL) ENTRE O DELEGADO DE POLÍCIA E OS DEMAIS POLICIAIS, FIXADO NA LEI 699/83.
2. PROMOVER A INCORPORAÇÃO DA GEAT PARA TODOS OS POLICIAIS CIVIS, COM BASE NO DECRETO N. 28.585 QUE INCORPOROU OS VENCIMENTOS DE TODOS OS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES, SEM DISTINÇÃO ENTRE OFICIAIS E PRAÇAS E POR DISPOSIÇÃO DA LEI ESTADUAL N. 3.691/01, QUE INCORPOROU ESSA GRATIFICAÇÃO PARA OS DELEGADOS DE POLÍCIA. A INCORPORAÇÃO PARA OS DEMAIS POLICIAIS CIVIS. TRARIA UM REAJUSTE MÉDIO DE 50% OU ELEVAÇÃO DO ÍNDICE ATUAL DE 0,5062300 PARA 0,87 QUE EQUIVALE A UM REAJUSTE DE 58%. ESSE PROCESSO ENCONTRA-SE PRONTO NA SARE.
3. ESTENDER A GRATIFICAÇÃO DE DELEGACIA LEGAL PARA TODOS OS POLICIAIS CIVIS, INDEPENDENTE DA LOTAÇÃO.
4. ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
5. REAJUSTE DOS VALORES DO VALE REFEIÇÃO DE R\$ 8,00 PARA R\$ 20,00.
6. ATENDIMENTO HOSPITAL ADEQUADO COM RECUPERAÇÃO DO HOSPITAL DA POLÍCIA CIVIL, COM EMERGÊNCIA, INTERNAÇÃO E REMÉDIOS.
7. CUMPRIMENTO DA PARIDADE, ESTABELECIDA NA CONSTITUIÇÃO, ENTRE O POLICIAL DA ATIVA E O INATIVO.
8. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA OS CARGOS VAGOS, COM CURSO DE FORMAÇÃO MAIS INTENSO, PERMITINDO UM MELHOR PREPARO PARA OS NOVOS POLICIAIS CIVIS.
9. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO.
10. AUXÍLIO MORADIA E VALE TRANSPORTE.
11. DEFINIR ATRIBUIÇÕES DO COMISSÁRIO DE POLÍCIA.

CIA, COM VENCIMENTOS ADEQUADOS NA ESTRUTURA DA POLÍCIA, EXIGÊNCIA DE CURSO DE DIREITO E COMO UM ELO ENTRE A AUTORIDADE POLICIAL E OS AGENTES.

12. CONCLUIR O PROGRAMA DE DELEGACIA LEGAL, COM A CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES QUE FALTAM, REALIZANDO AS NECESSÁRIAS MODIFICAÇÕES PARA OS DIAS DE HOJE. E AINDA A TRANSFERÊNCIA DOS PRESOS DAS DELEGACIAS, COM A RECUPERAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS POLICIAIS QUE SE ENCONTRAM EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE USO.

13. RECICLAGEM PERIÓDICA PARA TODOS OS POLICIAIS, COM TREINAMENTO CONSTANTE NA ACADEPOL NA PARTE FÍSICA E DE INTELIGÊNCIA

14. CORREÇÃO DO ESCALONAMENTO VERTICAL ENTRE OS INSPECTORES E OFICIAIS DE CARTÓRIO COM OS INVESTIGADORES. E AINDA: O INVESTIGADOR COM O TÉCNICO DE NECROPSIA; E O MÉDICO POLICIAL COM O PERITO LEGISTA.

15. TRANSFERÊNCIA PARA OS SEUS ÓRGÃOS DE ORIGEM DE TODOS OS SERVIDORES QUE SE ENCONTRAM LOTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA POLÍCIA CIVIL, QUE NÃO SEJAM POLICIAIS CIVIS, ESPECIALMENTE OS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES, INTEGRANTES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO ETC.

16. TRANSFERÊNCIA DO IML PARA UM LOCAL ADEQUADO, DANDO AOS SEUS INTEGRANTES MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO.

17. DAR CONDIÇÕES À POLÍCIA TÉCNICA DE FUNCIONAR ADEQUADAMENTE, INTEGRANDO COM OS DEMAIS POLICIAIS CIVIS, NO SEU PRIMORDIAL OBJETIVO QUE É A INVESTIGAÇÃO.

DEFINIR E FAZER CUMPRIR AS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DA POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS, EVITANDO-SE QUE AS FUNÇÕES DA POLÍCIA CIVIL, DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO, NO CPP E EM OUTROS DISPOSITIVOS, SEJAM EXECUTADAS POR OUTROS ÓRGÃOS.

Investigador trará oxigenação à polícia

O concurso para investigador da Polícia Civil, realizado no dia 18 de fevereiro de 2006, com 250 vagas autorizadas pelo Governo, trará oxigenação à instituição. Do total de 50.204 candidatos inscritos, apenas 2.024 foram aprovados (4,03% de aprovação). O grupo de excedentes compreende o total de 1774 candidatos aprovados.

Cabe ressaltar que esse foi um dos mais difíceis concursos, sendo a primeira prova anulada por fraude e a segunda realizada sob forte esquema de segurança e vigilância policial. Fica evidente que os 2.024 candidatos aprovados são, sem dúvida, mais que capacitados para ocuparem o cargo em questão. Esta informação pode ser comprovada diretamente no site da

CESGRANRIO, organizadora do concurso. O anterior, em outubro de 2001, para o cargo de inspetor, teve uma oferta de mil vagas iniciais e foram chamados mais de três mil candidatos ao longo da validade do concurso.

Com a entrada de todos os aprovados a polícia terá uma renovação de 20% em seu efetivo. Esse contingente dará mais força ao já sofrido quadro de polícias, aumentando seu poder reivindicatório e de mobilização. O grupo de excedentes se reúne semanalmente na capital, com média de 300 participantes e realiza também reuniões regionais em outras cidades. Promove campanhas sociais estando constantemente presente na mídia, com o apoio do Sindicato dos Policiais Civis.

Associado tem 50% de desconto na ACM para ginástica e natação na Lapa

Os policiais civis associados ao Sinpol continuam procurando o Sindicato para usufruírem o convênio firmado entre o Sinpol e a ACM - Associação Cristã de Moços/Lapa - que assegura aos companheiros sindicalizados e seus dependentes 50% de desconto nas mensalidades. Estão à disposição dos associados e seus dependentes as seguintes atividades esportivas e recreativas: Natação, Futsal, Voleibol, Hidroginástica, Ginástica localizada, entre outras. O horário das atividades desenvolvidas na ACM vai das 6h às 22h, de segunda a sexta, e aos sábados, das 6h às 13h. Desde que o convênio foi implantado, em julho de 2003, para dar um melhor condicionamento físico e mental à família policial, já atendeu mais de 200 associados. Os interessados em ingressar na unidade Lapa da ACM, associados do Sindicato, devem se dirigir à Rua da Glória nº 24, para ter direito ao desconto. Mais informações pelo telefone 2224-9571.

Faculdade com 30%: Firmou convênio também com a faculdade SUESC, garantindo ao associado e seus dependentes 30% de descontos nas mensalidades do curso de Direito. Vários companheiros sindicalizados já foram encaminhados pelo Sinpol à faculdade com este abatimento.

PoliciaI sindicalizado tem direito a desconto de 30% em ótica, no Rio e Niterói

Os associados do Sindicato terão desconto de até 30% na confecção de óculos no Centro de Optometria de Niterói, dirigido pelo oftalmologista Dr. Evandil Bandeira Júnior. As consultas gratuitas e exames médicos de vista são realizados no Centro do Rio e em Niterói, na Clínica de Olhos Dr. Evandil Júnior. Tanto no Rio como em Niterói, o atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Os policiais sindicalizados, residentes no Rio, devem se dirigir à

Av. Marechal Câmara, nº 160, Grupos 309, 310 e 311. Já os policiais de Niterói e região, devem se dirigir à Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 500, grupos 710 e 711, no Centro. Para ter direito ao benefício, os policiais civis devem primeiro pegar encaminhamento no Sindicato. Os residentes em Niterói e São Gonçalo no ato da consulta ou compra de armações e lentes, podem apresentar a carteira de associado ao Sinpol. Outras informações no Tel: 2224-9571.

Jornal do SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua da Glória, nº 24, - Glória - CEP 20241-180
Tel.: (21) 2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br
Site: www.sinpol.org.br

Diretor: Fernando Bandeira

Editor: Cláudio José - RG. 1863-4

Colaborou: Maria Helena Santos e Lara Regis (estagiária)

Editoração e Arte Final: Fernando Teixeira

Colaboração: Todos os Policiais Civis do RJ

Tiragem: 10 mil exemplares

PROPOSTAS DOS CANDIDATOS POLICIAIS

Na última edição do jornal do Sinpol (edição nº 20, junho/julho 2006) solicitamos aos policiais associados que são candidatos a cargos eletivos que nos enviassem por e-mail, fax ou carta, um texto de 10 linhas contendo as propostas do candidato a deputado estadual ou federal. Abaixo, conheça um pouco mais dos nossos candidatos policiais civis.



Tadeu Pitanga – deputado federal – PDT

“Na Câmara Federal vamos lutar pela aprovação da Lei Orgânica das Polícias. Também vamos propor que o Governo Federal participe na remuneração dos policiais civis nos estados, criando-se um fundo específico que proporcione melhorias salariais e de equipamentos para as polícias estaduais, visando uma segurança pública de qualidade”, defende o papiloscopista.

Companheiros, vamos agir igual às outras categorias profissionais que militam junto a suas famílias, parentes e amigos para elegerem seus representantes.

Unidos seremos fortes, abrace esta causa, vote e trabalhe por nossos candidatos. Por salários compatíveis com nossas atividades e dignidade profissional, este é o nosso lema!”

Wilson Amorim – deputado estadual – PTB

“Eleito, apresentarei projeto extinguindo a carreira de comissário de polícia, transformando todos os policiais com mais de 25 anos na PCERJ, e bacharéis em direito há mais de 5 anos, em Delegados de Polícia de 3ª categoria.” Quanto aos inspetores de 1ª categoria, sem curso de direito, outra proposta é a extinção dos ranchos nos quartéis, com fornecimento de tiquete-refeição no valor de R\$ 12 para todos, sem distinção de patentes. Também defendemos um programa com mais investimentos para a segurança pública, objetivando libertar a polícia das influências políticas. Só assim, poderemos valorizar o policial e dar a resposta que a sociedade tanto procura e espera.” Wilson Amorim é inspetor.



Professor Leonardo – deputado estadual – PDT

“Dirigente sindical desde 1982 quando entrou para o Sindicato dos Oficiais de Náutica da Marinha Mercante, Leonardo também foi diretor da Associação dos Empregados de Náutica do Lloyd Brasileiro. Formado em Geografia e Direito, é também capitão de Marinha Mercante. Inspetor (miojo), o professor Leonardo é diretor eleito do Sindicato dos Policiais Civis. Na Alerj defenderá o cumprimento das Leis 699/83 (Lei Bandeira), que estabelece a vinculação dos vencimentos dos agentes com os do delegado. Envidará esforços para melhorar o treinamento e aumentar o efetivo”.

Marcos Arouca – deputado federal – PSDC

“Na Câmara Federal, defenderá a modificação da Lei de Processo Penal para que haja punição para os funcionários do alto escalão da administração pública dos Três Poderes – como os chefes e integrantes do poder executivo, judiciário, legislativo e Ministério Público. Moralizar o serviço público, combatendo a burocracia que penaliza principalmente os menos favorecidos”.

Inspetor (pipoca) Marcos Arouca”.



Álvaro Luiz – deputado estadual – PRONA

“Lutarei para resgatar a dignidade e o respeito do policial civil cuja profissão tem sido ignorada pelo poder público e pela população. É necessário melhorar os salários dos policiais para que não sejam obrigados a ter uma segunda profissão (o bico). Sendo formado em Radiologia, trabalhou em vários hospitais, acumulando grande experiência no atendimento dos companheiros. Tem como proposta resgatar a qualidade dos serviços prestados nos hospitais, principalmente o da Polícia Civil (HPC)”. Álvaro é investigador.

POLÍCIA CIVIL: 39 CANDIDATOS TENTAM SE ELEGER

Nas eleições de 1º outubro, 39 candidatos policiais civis do Rio disputam vagas de deputados na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, da seguinte forma: Para o Senado, um candidato; para deputado federal, 11 candidatos; e para deputado estadual, 27 candidatos. Entre as propostas que mais se destacam estão a aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil, mais investimentos para a segurança pública, fim da influência política na instituição, aumento do efetivo policial para 23.130 agentes e valorização da carreira policial, com equiparação salarial aos agentes da Polícia Federal.

De acordo com a relação enviada pelo Departamento Geral de Administração e Finanças – Degaf – ao jornal do Sinpol, os candidatos são os seguintes:

Para o Senado

Fernando Antônio Bandeira, Inspetor de Polícia (classe comissário), 1º Suplente pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Para a Câmara Federal
Carlos César Gomes, Perito Legista, não informou partido.

Jorge Luis Hauat, Inspetor de Polícia, não informou partido.

Marcos Paulo da Silva Arouca, Inspetor de Polícia, Partido Social Democrata Cristão – PSDC.

Marcos Elias Freitas Moreira, Papiloscopista Policial, Partido Trabalhista Nacional – PTN.

Zaqueu da Silva Teixeira, Delegado de Polícia, Partido dos Trabalhadores – PT.

Carlos Alberto Coelho Pessoa, Inspetor de Polícia, PT do B.

Domingos de Oliveira e Silva Filho, Oficial de Car-

tório Policial, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB.

Laércio do Carmo, Inspetor de Polícia, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB.

Marina Terra Maggesi de Souza, Inspetora Policial, Partido Popular Socialista – PPS.

Tadeu Pitanga da Silva, Papiloscopista Policial, Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Vitor Estevão de Almeida, Inspetor de Polícia, Partido Trabalhista Nacional – PTN.

Para a Assembléia Legislativa

Audir Santana Baptista, perito Legista, Partido Social Cristão – PSC.

Álvaro Luiz do Nascimento Costa, Investigador Policial, Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA.

André Marco de Oliveira, Investigador de Polícia, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

Carlos Roberto Pereira, Oficial de Cartório Policial, Partido Social Democrata Cristão – PSDC.

Dalmar Lirio de Almeida Filho, Inspetor de Polícia, Partido Socialista Brasileiro – PSB.

Fernando Gomes Cid, Inspetor de Polícia, Partido Comunista do Brasil – PC do B.

Gilberto de Oliveira Lima, Perito Legista, Partido Popular Socialista – PPS.

Hiloberto Carneiro de Oliveira, Perito Legista, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

José Carlos Castro de Oliveira, Investigador Policial, Partido Humanista da Solidariedade – PHS.

José Paulo Pereira Souto, Delegado de Polícia, Partido da Mobilização Nacional – PMN.

Julio César Moreira Daflon, Investigador Policial, Partido da Frente Liberal – PFL.

Leonardo Motta de Faria, Inspetor Policial, Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Luiz da Silva Machado, Investigador Policial, Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA.

Marcos Martins Pereira, Delegado de Polícia, Partido Social Cristão – PSC.

Martha Mesquita da Rocha, Delegada de Polícia, Partido Socialista Brasileiro – PSB.

Paulo César Tavares Monteiro, Inspetor Policial, Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA.

Ricardo Leite Póvoa, Inspetor de Polícia, Partido Trabalhista Nacional – PTN.

Wilson Cândido da Silva, Inspetor de Polícia, Partido Comunista do Brasil – PC do B.

Wilson de Jesus Amorim, Inspetor de Polícia, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Álvaro Lins dos Santos, Delegado de Polícia, Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Edson de Oliveira Rocha Junior, Inspetor de Polícia, PT do B.

José Fernando Moraes Alves, Delegado de Polícia, Partido da Mobilização Nacional – PMN.

Márcia Helena Julião, Delegada de Polícia, Partido Social Democracia Brasileira – PSDB.

Marco Aurélio Roselotoldo de Oliveira, Investigador de Polícia, Partido Humanista da Solidariedade Regional – PHSR.

Natalino José Guimarães, Inspetor de Polícia, Partido da Frente Liberal – PFL.

Nilson Alves Filho, Inspetor de Polícia, PSDB.

Sylvio Carvalho Ferreira, Inspetor de Polícia, não informou partido.

SINDICATO EM AÇÃO

Nos últimos sete meses o Sinpol propôs cerca de 100 ações na Justiça, visando garantir os direitos dos associados. Em 99% dos casos as ações são vitoriosas. As proposições mais frequentes são nas áreas de Família, Juizado Especial e Fazenda Pública.

Sinpol derruba cobrança indevida de bancos

O inspetor aposentado Wilson Tomaz sofreu cobrança indevida do Banco Panamericano e saiu vitorioso da ação proposta pelo Sindicato. Em vez de seguir o contrato que prevê o desconto de um empréstimo em 12 vezes, o banco descontou de Wilson mais uma 13ª parcela. “Empurrou” também indevidamente um seguro de vida que não foi pedido. O Juiz do 2º Juizado Especial Cível determinou que o banco pagasse uma indenização de mais de R\$ 4 mil, a título de reparar o dano moral e a venda “casada”.

Outra ação a favor de Wilson Tomaz diz respeito à Financeira Alifá, também por desconto indevido em folha. A financeira cobrou uma parcela a mais do que as 12 estabelecidas no contrato, além de descontar um seguro de R\$ 108 que não foi autorizado. O policial associado ao Sinpol vai ganhar mais de R\$ 3 mil, nesse processo vitorioso no 23º Juizado Especial Cível, além da devolução em dobro do valor descontado do seguro.

Banco BMG terá que devolver cobrança indevida

O investigador aposentado Milton Alves Teixeira entrou na Justiça contra o Banco BMG, através do Jurídico do Sindicato. Milton fez um empréstimo que deveria ser pago em 24 vezes. Pagou a última parcela em junho, entretanto o banco continua a descontar em folha até completar 28 parcelas. Dentro de um mês, no máximo, a sentença deverá sair favorável ao policial, que terá seus direitos ressarcidos pelo Juizado Especial Cível.

Justiça manda suspender pensão paga por inspetor

O inspetor aposentado Fanor Santos Lisboa conseguiu através do Sinpol, junto a 1ª Vara de Família de Jacarepaguá, a exoneração da pensão alimentícia paga ao filho que já havia atingido a maioridade. O dinheiro despendido era necessário para a compra de remédios. O Juiz determinou o cancelamento do benefício que correspondia a 20% dos seus rendimentos – cerca de R\$ 360.

Pensionistas ganham atualizações na Justiça

As pensionistas da Polícia Civil que ingressaram na Justiça, reivindicando a atualização das pensões nos contracheques, têm obtido vitória. Ano passado mais de 30 pensionistas tiveram suas pensões revisadas e atualizadas por determinação da Vara de Fazenda Pública. Este ano, 15 pensionistas ganharam na Justiça, através de ações propostas pelo Sinpol, e estão recebendo seus proventos atualizados de acordo com a nomenclatura dos novos cargos criados pela Lei 3586. Até hoje todas as decisões do juiz foram favoráveis.

Geat: Sindicato executa Estado

A juíza da 9ª Vara de Fazenda Pública determinou que o Estado pague a Geat a todos os policiais associados, ativos e inativos. São 462 ativos e 892 inativos, totalizando 1.354 associados. Como o governo não pagou, o jurídico do Sinpol ingressou em juízo com pedido de cobrança imediata. A juíza já mandou executar o Estado a pagar a gratificação, sob pena de multa diária de R\$ 100 para cada servidor que não tiver a gratificação incorporada ao seu vencimento.

COBRAPOL E SINPOL DERRUBAM MPs NOCIVAS AOS SINDICATOS



Bandeira quando coordenava 80 sindicalistas no anexo 4 da Câmara

A direção da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, do Movimento Sindical Nacional do PDT, a COBRAPOL e o SINPOL, conseguiram fazer uma grande mobilização nacional, em 4 setembro, levando mais de mil sindicalistas ao Congresso, em Brasília. O objetivo era impedir que os trabalhadores tivessem seus direitos violentados, em prejuízo dos sindicatos. Apesar do governo ter maioria na Câmara a pressão dos sindicalistas obrigou os deputados que apoiam Lula a recuarem e as MPs foram rejeitadas.

Os sindicalistas de todo Brasil percorreram os 513 gabinetes dos deputados, e ocuparam as galerias da Câ-

mara Federal, para pressionar os parlamentares a rejeitarem as Medidas Provisórias 293 e 294. As MPs prejudicavam toda a estrutura sindical brasileira, o sistema confederativo e o direito dos trabalhadores e dos servidores públicos.

Com o propósito aparente de legalizar as centrais sindicais e criar o Conselho de Relações do Trabalho, o governo quis aprovar as medidas provisórias, cujos relatores eram os deputados Medeiros e Vicentinho, ligados, respectivamente, à Força Sindical e Central Única dos Trabalhadores - CUT, centrais essas que apoiam o governo que tenta realizar a reforma sindical e trabalhista, contrária totalmente aos interesses dos trabalhadores e servidores.



Sindicalistas da NCST e do PDT, com Bandeira, Flávio e Gandra

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL DECIDE: COBRAPOL É QUEM REPRESENTA OS POLICIAIS

Um grupo de nove policiais de alguns estados da federação, com o apoio do governo e de algumas associações e sindicatos, inclusive da Coligação dos Policiais Cíveis, pretendia fundar outra entidade de representação nacional da categoria. Foi publicado edital com essa finalidade, convocando assembleia para os dias 24 e 25 de Novembro de 2005, com o nome de Confederação Nacional dos Policiais Cíveis - CONAPOL com a participação da Federação Interestadual de Sindicatos de Trabalhadores Brasileiros - FEIPOL.

Essa manobra foi abortada pela decisão do Juiz José Leone Cordeiro Leite, da 13ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, no dia 30 de junho, que reconheceu ser a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis - COBRAPOL, a única entidade a representar os policiais civis de todo o País. A sentença deu procedência à ação, com pedido de antecipação de tutela, mandando desconstituir o CNPJ e os registros cartoriais da outra entidade.

MULTA DE R\$ 1.500,00 POR DIA

Além de anular a assembleia de fundação da CONAPOL, a Justiça do Trabalho de Brasília anulou também todos os atos constitutivos da entidade, determinando ainda que os policiais ficassem proibidos de convocar qualquer outra assembleia de fundação, sob pena de multa de R\$ 1.500,00 por dia. **Dessa forma, somente a COBRAPOL poderá representar os policiais civis em todo país, nas mais diversas instâncias dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.** Além do Bandeira, fazem parte da diretoria da COBRAPOL, os companheiros Marcos (Associação dos Inspectores), Júlio (Associação dos Papiloscopistas) Cheila Masioli, Flávio Amaral e Geraldo Ferreira (SINPOL).

SINPOL PEDE INVESTIGAÇÃO RIGOROSA DO ASSASSINATO DA LUDMILA

A diretoria do SINPOL, consternada e indignada com o assassinato da associada, inspetora Ludmila Maria Fernandes Fragoso, de 24 anos, no dia 3 de agosto (em Magé), encaminhou carta ao Chefe de Polícia Civil, delegado Ricardo Hallak, em 7 de agosto último, pedindo rigorosa investigação desse crime. O SINPOL pede ainda que seja apurado o motivo pelo qual o delegado titular da Delegacia de Nilópolis, sabendo das ameaças que a companheira estava sofrendo em função do exercício de suas atividades profissionais, não tomou nenhuma providência que fosse do conhecimento da família.

No dia 8 de Agosto, o jornal O DIA publicou matéria, assinada pelo jornalista Bruno Menezes, que retrata, com detalhes as ameaças que Ludmila estava sofrendo e o desespero da família.

Eis, na íntegra, a reportagem do jornal:

“Mãe de policial assassinada revela que filha teve a vida ameaçada”

Bruno Menezes

Rio - A policial civil Ludmila Maria Fernandes Fragoso, 24 anos, torturada e assassinada quinta-feira no Parque Estrela, em Piabetá, Magé, vinha sendo ameaçada por um político de Nilópolis, de acordo com Zoraide Vidal, 58 anos, mãe da vítima. Zoraide conta

que sua transferência, há dois meses, da 57ª DP (Nilópolis) para a 22ª DP (Penha), foi motivada pelo medo de que as ameaças se concretizassem. A advogada não queria que a filha trabalhasse na polícia.

“Minha filha estava investigando e denunciando o envolvimento desse político em falcaturas, mortes e desvio de dinheiro. Ele falou que ela estava atrapalhando a transação e a vida dele e que aquilo não ficaria assim. Ludmila contou que ele disse que ela ia ser uma boa detetive embaixo da terra. Com medo, ela pediu para sair do processo e fez questão de sair da delegacia, de pedir a mudança”, recorda Zoraide, que alega não lembrar o nome do político.

Ludmila, que se casou em setembro do ano passado, foi morta no dia em que se mudaria para Imbariê com o marido. As 22h, quando deixou a mãe em casa, no Andaraí, a policial comentou que queria chegar logo em casa para o primeiro “dia de lua-de-mel”. Meia hora depois, ligou a Zoraide perguntando se sabia a razão de um congestionamento.

“As 23 horas, quando liguei para contar, o telefone caiu na secretária. Falei: Ludmila, se você ouvir a mensagem me liga para dizer se entendeu e que horas você vai chegar em casa. Ela não

ligou e nunca fazia isso”.

Zoraide passou a noite tentando falar com a filha. “O que mais me angustiou foi a falta de retorno. Sempre que eu ligava, ela retornava.

Nunca me deixava sem notícia. Liguei para o marido dela e ficamos telefonando de hora em hora e ela não chegou a hora nenhuma. A gente se desesperou”, lembra ela, acrescentando: “Quando ela me deixou em casa disse que não queria se atrasar para a primeira lua-de-mel na casa nova. Ela passou quase um ano reformando aquela casa, comprando os móveis, arrumando”.

Amiga de Zoraide, Edileusa Andrade, 58 anos, que viu Ludmila crescer, conta que a oficial de cartório evitava andar com a identidade de policial. “Quando entrava no carro, a primeira coisa que ela fazia era tirar a carteira da bolsa e colocar embaixo do tapete. Ela tinha medo de ser assaltada e identificada como policial”, conta prima de Ludmila, que pediu para não ser identificada.

Ludmila fez prova para a polícia por acaso. “Ela sempre foi uma aluna nota 10. No vestibular acertou 97% da prova e ganhou bolsa. Quando fez o concurso, todos da turma fizeram, foi a única que passou. Lembro que na formatura, ela foi homenageada por ser a única aluna a estar empregada”, conta, emocionada, a mãe.



Zoraide, segunda (E), ora por Ludmila acompanhada da outra filha Gláucia, e da irmã Glória

Missa tem a presença de familiares, colegas e Sinpol

A missa de mês pela alma da nossa associada Ludmila Maria Fernandes foi realizada no dia 4 de setembro, na Igreja da Candelária - Centro do Rio. Compareceu a mãe Zoraide Vidal, a irmã Gláucia, a tia Glória, entre outros parentes e amigos. Pelo sinpol estiveram presentes o diretor licenciado Leonardo Motta, o presidente em exercício, Natalício Ferreira, a secretária Solange Couto e o assessor de imprensa, Cláudio José, além de três companheiros integrantes da diretoria do Sindicato dos Vigilantes: Ocimar,

Marcelo e Vanício. O companheiro Bandeira, presidente licenciado, estava em Brasília junto com outros sindicalistas, lutando contra duas medidas provisórias que prejudicam os trabalhadores e servidores públicos. Também compareceram três colegas de Ludmila da 57ª DP (Nilópolis). A missa foi celebrada pelo monsenhor Elias Volpe. Ao final, ficou acertada uma audiência da mãe e irmã acompanhadas por diretores do Sinpol, ao chefe de polícia, Ricardo Hallak, dia 13 de setembro.

PM QUER ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA CIVIL SINPOL PEDE À CHEFIA E À ADEPOL DISCUSSÃO SOBRE O TEMA

Em Seminário realizado nos dias 18, 19 e 20 de julho, pela Polícia Militar, com o título “A Polícia que queremos”, o comando da corporação, mais uma vez, almeja exercer as atividades da Polícia Civil, em total desrespeito à Constituição e à legislação penal. Entre as reivindicações estão: fazer registro de crimes sem necessidade de levar para DP, criação de mais delegacias de polícia judiciária militar e acesso ao banco de dados de várias instituições, inclusive ao programa “delegacia legal”.

O SINPOL solicitou ao chefe de Polícia Civil, Dr. Ricardo Hallak, e também à diretoria da Associação dos Delegados de Polícia, para que seja organizado um encontro com as demais entidades da Polícia Civil, para discutir o tema. Todos seriam ouvidos: delegados, comissários, peritos, inspetores, oficiais de cartório, papiloscopistas, investigadores, técnicos e auxiliares de necropsia. E que o resultado da discussão, seja encaminhado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Glória, nº 24,- Glória - CEP 20241-180
Tel.: 2224-9571

IMPRESSO